

## OS AVANÇOS DAS TECNOLOGIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLÁGIO ACADÊMICO NO ENSINO SUPERIOR COMO UM PROBLEMA ÉTICO, JURÍDICO E PEDAGÓGICO

### THE ADVANCES OF TECHNOLOGIES AND THEIR CONTRIBUTION TO HIGHER EDUCATION IN HIGHER EDUCATION AS AN ETHICAL, LEGAL AND PEDAGOGICAL PROBLEM

Karen Camata Silva<sup>1</sup>

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti<sup>2</sup>

#### RESUMO

As atividades fraudulentas no âmbito acadêmico tem sido motivo crescente de preocupação dos gestores educacionais e pode estar associado a deficiências adquiridas ainda no ensino básico. Este trabalho foi contemplado com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como entrevistados os alunos de uma instituição de ensino superior, da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, ES. O presente artigo se propõe a discutir sobre o plágio em trabalhos acadêmicos, e os motivos que levam a tais atitudes, especificamente do ensino superior. Com o advento da internet e sua democratização, as facilidades para utilizar da reprodução ilegal vêm aumentando. Ressaltamos a responsabilidade do professor orientador, de acompanhar de perto o orientado, esclarecendo as dúvidas acerca da apropriação da produção intelectual alheia. Demonstramos também a falta de ética no meio acadêmico, e a configuração do plágio como crime, atentando contra os direitos autorais do autor. Por fim, foi apresentado, em forma de gráfico, as respostas dos questionários aplicados, discutindo e relacionando esses dados a pesquisa bibliográfica feita, e fazendo suposições quando não havia material disponível para confirmar a pesquisa.

**Palavras-chave:** Plágio. Fraudes acadêmicas. Reprodução ilegal. Ética pedagógica.

---

<sup>1</sup>Pós Graduada do Curso de Pós Graduação em Docência do Ensino Superior e Gestão da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

<sup>2</sup> Mestre em Ciência da Informação (PUC-CAMPINAS). Especialista em Informática na Educação (IFES). Graduada em Pedagogia (FAFIA). Professora e Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

## ABSTRACT

Fraudulent activities in the academic field have been a growing cause of concern for educational managers and may be associated with deficiencies acquired even in elementary education. This work was carried out with bibliographical research and field research, and interviewed students from a higher education institution in the city of Cachoeiro de Itapemirim, ES. The present article proposes to discuss about plagiarism in academic works, and the reasons that lead to attitudes, specifically of higher education. The advent of the internet and democratization, the facilities for using illegal reproduction have been increasing. We emphasize the responsibility of the guiding teacher, to follow closely the oriented, clarifying the doubts about the appropriation of the intellectual production of others. We also demonstrate the lack of ethics in the academic environment, and the configuration of plagiarism as a crime, violating the copyright of the author. Finally, the responses of the applied questionnaires were presented in a graphic form, discussing and relating these data to the bibliographic research done, and making assumptions when there was no material available to confirm the research.

**Keywords:** Plagiarism. Academic frauds. Illegal reproduction. Pedagogical ethics.

## 1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, o plágio tem sido apresentado como problemática no âmbito acadêmico. Percebe-se que a prática fraudulenta, sem os devidos créditos, tem se tornado algo frequente nas instituições de ensino. Num ambiente onde a cópia é proliferada, destaca-se o importante papel do docente que preconiza as práticas legais, e incentiva os discentes de forma desafiadora em prol do aprendizado. O papel do professor orientador nesse contexto é fundamental, desde que ele esteja preparado para os desafios do mundo digital.

Será que a democratização da informação, derivada da era digital, tem contribuído para tal prática e deteriorado a produção de conhecimento intelectual científico? Pode-se mesmo culpar inteiramente as TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação) e os traços culturais de nosso país para tal ato tentador?

Com isso, pode-se supor que o problema se arrasta por décadas, e que o mesmo não deve ser visualizado apenas num âmbito jurídico. O plágio vem se constituindo num problema crescente nos vários níveis de ensino – fundamental, médio e universitário – e na própria prática científica (ABRANCHES, 2008). A cópia de trechos sem citar o renomeado autor não é um fenômeno novo, porém é um problema que ainda persiste na sociedade acadêmica, e não observamos nenhuma melhora com o passar dos anos.

O plágio precisa ser tratado como um problema à altura de sua seriedade, e este artigo ilustra o quanto os alunos de uma determinada área de conhecimento possuem domínio do assunto em questão. Tratando-se de um assunto relevante para o meio acadêmico, o presente artigo visa fomentar a discussão acerca do desafio encontrado no meio educacional mediante aos plágios, com base em pesquisas bibliográficas e emprego de métodos para a produção de conhecimento. Contudo, o objetivo da pesquisa realizada é demonstrar as causas que levam os estudantes a cometerem atitudes fraudulentas, e confrontá-la com os demais estudos já realizados, certificando-se que apesar de o assunto ser retrógrado e antiético, ele ainda está presente nas instituições de ensino.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O plágio é um tema que merece destaque no cenário contemporâneo. Segundo Krokosz (2011), entende-se por plágio a cópia na íntegra de ideias, estruturas ou pesquisas, ou ainda partes de um trabalho sem ao menos fazer citação ou referência ao autor, que perdura por séculos e que vem crescendo exponencialmente com o advento da Internet.

Diversos autores escrevem sobre o assunto, figurando o plágio como ‘a imitação fraudulenta de uma obra’ (MORAES, 2006), ‘a reprodução integral ou parcial de uma propriedade intelectual e/ou artística’ (BARBASTEFANO; SOUZA, 2007), sendo constatado também a ‘prática resultante de um desnorteamento ético’ (VAZ, 2006).

Tomazelli (2011) demonstra ainda a existência de outras práticas acadêmicas desonestas, como: a invenção de informações para divulgação de resultados de

pesquisa; a prática da concessão da cópia de seus próprios trabalhos ou respostas da prova; e também a memorização de testes já realizados anteriormente por outros alunos.

Ferreira e Persike (2014) discorrem sobre as principais causas para tal prática, como: a expansão da internet, a falta de orientação clara do professor para a confecção do trabalho pelo aluno, a falta de instruções formais aos alunos e pesquisadores que estão desenvolvendo um trabalho e/ou pesquisa. Para Barbastefano e Souza (2007), isso é facilitado também pelo desconhecimento das regras e das legislações vigentes.

## **2.1 O Plágio Como Um Problema Ético**

Para Pithan e Vidal (2013), o plágio, no âmbito acadêmico, deve ser visto como um fato ético, antes do jurídico. As instituições de ensino têm um papel importante no desenvolvimento de pesquisas científicas com integridade ética. Para que isso não aconteça, os órgãos públicos de financiamento de pesquisa científica, tais como o CNPq, a CAPES e a FAPESP, desde o ano de 2011, têm transcorrido orientações com medidas preventivas e punitivas em casos de fraude, para o aluno que cometa tal ato.

Moras (2006) afirma que não é de hoje que existem os plagiários, essa prática acontece desde a antiguidade. Conforme relata o autor, o único responsável por essa crise ética é o próprio ser humano. A compra e a venda de trabalhos acadêmicos são uma conduta antiética, que está presente nas instituições de ensino.

Conforme escrito por Silva e Abreu (2015), com os avanços tecnológicos, a prática do plágio ganhou maiores proporções. Noticiado por Marques (2002), na Folha de São Paulo, os docentes também contribuem para essa falta de ética no meio acadêmico:

Uma prática que se dissemina com as ofertas feitas pela internet está comprometendo a validade dos títulos em cursos de graduação e de pós-graduação do país. [...] Os “empresários das monografias”, como são conhecidos, espalham seus anúncios pela internet. Em apenas uma pesquisa em um site de busca da rede foram encontradas mais de 200 páginas fazendo ofertas para “facilitar” a vida do estudante que é “muito ocupado”, “que trabalha muito” e que não quer se “estressar” com um trabalho acadêmico, de acordo com os próprios anúncios das páginas. [...] Os “empresários”, que

se identificam como ex-professores universitários, advogados experientes e até juízes aposentados, propõem-se a elaborar todas as fases do trabalho. [...] Um dos “empresários”, durante conversa sobre os detalhes do negócio, identificou-se com o nome completo e como sendo professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) (MARQUES, 2002)

Costa (2016) discorre sobre o questionamento acerca desse problema ético: será que essa prática está ligada somente a falta de comprometimento e tempo, ou os alunos realmente não sabem escrever? O fato é que a dificuldade está em transformar as palavras alheias em palavras próprias, relacionado também à produção de conhecimento, resultado de problemas pedagógicos, de se produzir uma palavra própria. A autora ainda acrescenta que a ideia de que “resumir é tornar pequeno” ainda está presente entre os graduandos.

## 2.2 O Plágio Como Um Problema Pedagógico

Dentre as causas da prática do plágio, Abranches (2008) aponta como principal a falta de orientação clara, não fornecida pelo professor. Para Austin & Brown (1999), citados por Barbastefano e Souza (2007), o plágio é cometido por falta de conhecimento das regras que circundam o assunto, facilitando assim o seu acontecimento. Sendo assim,

O problema, portanto, está em receber um trabalho deste tipo como resultado de uma proposta pedagógica. Deste modo, ao receber tal trabalho o professor deve se perguntar sobre o que foi proposto ao aluno e o modo como isto foi feito. Sem dúvida, os motivos estarão relacionados a esta proposta. Aí está a raiz da questão. Se o aluno não foi convocado para ser autor-colaborador da atividade, ele não irá estabelecer nenhuma relação de identificação, pois não precisa se comprometer em produzir algo que seja dele, ou a partir dele (ABRANCHES, 2008).

Pithan e Vidal (2013) deixam claro sua opinião sobre o assunto. O professor orientador é o responsável por exercer essa atitude pedagógica de esclarecimento e correção de vícios acerca da apropriação da produção intelectual alheia, por meio do plágio. Porém, tal atitude não deve ser ensinada apenas pelo professor orientador, na disciplina a que ela é compreendida, e sim por todos os professores ao qual o aluno tem contato.

Para Abranches (2008), ao receber um trabalho acadêmico, o professor deve preocupar-se não apenas com o seu conteúdo, e sim como foi construído o mesmo, que é o processo da produção do conhecimento. O professor deve atentar-se às

formas de fazer, os recursos, as fontes e os tipos de análises, não apenas com o produto final. Dessa forma, Alexandre (2003), citado por Pithan e Vidal (2013), reforça a importância do “professor orientador [que] deve acompanhar todo o processo de elaboração do trabalho científico do aluno, desde o nascimento da ideia, a definição do tema, o desenvolvimento e a finalização do trabalho.”

Segundo documento que orienta a prática de trabalhos acadêmicos da PUCRS, a prática é advinda ainda do ensino básico, e essa orientação deve ser feita pelo professor:

Ao estudante, há que instruí-lo [...] procurando corrigir os vícios herdados de uma escolarização em que a distinção entre a produção intelectual própria e a alheia é difusa e/ou inadequada, [...] que possibilite a criação de uma consciência de autoria intelectual responsável (PUCRS, 2006)

Barbastefano e Souza (2007) apontam que um dos fenômenos que levam os alunos a tal prática, é o incentivo da mesma nos níveis fundamental e médio. Os alunos são estimulados a pesquisar, recortar e colar de revistas e jornais, e elaborarem cartazes, denominando tal prática como pesquisa. O autor ainda afirma que, com o advento da internet, tal prática é facilitada.

Conforme relata Pinto (2014), ao longo dos anos percebe-se um aumento do número de utilizadores da internet no meio acadêmico, caracterizado pela evolução da *web* 1.0 para a *web* 2.0. Para Monteiro (2017), acontece a expansão da *web* e a democratização do acesso à informação a partir dos anos 90, e este fato altera o papel dos seus utilizadores no contexto educacional.

Monteiro (2017) denomina a geração *web* 1.0 como estática, com poucas interações e sem alterações em seus conteúdos. A internet era um espaço fechado, a interatividade era praticamente nula e seu objetivo era ligar pessoas que partilhavam informação num círculo restrito. Já a *web* 2.0 permite um ambiente mais colaborativo, e isso pode ser caracterizado com o advento das ferramentas de interação entre os usuários.

Em contrapartida, a *web 3.0*, também definida por Ferreira (2014) como *web semântica*, trata-se de um princípio de organização dos conteúdos. Essa *web* elimina as limitações das ferramentas de busca devido à criação de inteligências artificiais, com isso temos resultados mais precisos, e de diversas fontes, facilitando assim a prática do plágio.

### 2.3 O Plágio Como Um Problema Jurídico

Abranches (2008) observa em seus estudos que essa prática acadêmica é crescente com a modernidade. A crise acarretada pela falta de ética no âmbito acadêmico provoca mudanças e coloca em suspeição os princípios que regem a sociedade. Pithan e Vidal (2013) caracterizam juridicamente o plágio como a ‘violação de direito autoral.’ Já Moraes (2006) conceitua o plágio como a “imitação fraudulenta de uma obra, protegida pela lei autoral, ocorrendo verdadeiro atentado aos direitos morais do autor”. É garantido pela Constituição Federal de 1988, alguns direitos aos autores das obras, conforme relatado no artigo 5º

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País [...] nos termos seguintes:

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras [...];

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

- a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas; (Constituição Federal, 1988).

Ainda destacando o que a legislação brasileira nos assegura em relação ao plágio de obras acadêmicas, foi sancionada em 1998 a Lei de Direitos Autorais, que em seu artigo 22 destaca: “pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.” O artigo 46 dessa mesma Lei destaca que:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

- a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos; (Lei de Direitos Autorais, 1998).

Segundo Silva e Abreu (2015), a Lei permite que as obras sejam copiadas e transcritas, desde que o seu autor seja devidamente referenciado. Além disso, os autores ainda afirmam que existem sanções previstas em Lei para quem não cumprir fielmente esses dispositivos, como podemos notar nos artigos 108 e 109:

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade [...]

Art. 109-A. A falta de prestação ou a prestação de informações falsas no cumprimento do disposto no § 6º do art. 68 e no § 9º do art. 98 sujeitará os responsáveis, por determinação da autoridade competente e nos termos do regulamento desta Lei, a multa de 10 (dez) a 30% (trinta por cento) do valor que deveria ser originariamente pago, sem prejuízo das perdas e danos. (Lei de Direitos Autorais, 1998)

Portanto, conforme afirmado por Costa (2016), o desconhecimento da Lei não pode ser utilizado para justificativa da prática de tais atos. Porém, conforme afirma Moraes (2006) a falta de matéria jurídica acerca do assunto, de certo modo, potencializa o desrespeito para com o seu criador.

Silva e Abreu (2015) revelam em seus estudos que a Lei brasileira não cita em nenhum momento a palavra plágio. Porém, supõe-se que, por se tratar de uma apropriação indevida da criação de outrem, sem a citação da fonte, é enquadrada pelo código Penal como crime, podendo o criminoso estar sujeito à detenção de 3 meses a 1 ano, ou multa, conforme disposto no artigo 184, da Lei 10.695/2003. Segundo Moraes (2006) as sanções em relação ao plágio acontecem desde a antiguidade greco-latina, e os plagiadores sofriam repúdio em público por praticarem esses crimes. Para o autor, o plágio representa “o mais grave ilícito contra a propriedade intelectual”, já que ele trata também de questões éticas. O autor destaca e trata o plágio como “uma violação à dignidade humana”.

Para Silva e Abreu (2015), o plágio é um conceito muito amplo, que não dá para ser definido em uma única frase, sob pena de limitar-se por tratar de um conteúdo tão grandioso. Embora haja definições que abordam muitos aspectos, é frequente nos depararmos com pontos que carecem de avanços, tanto no âmbito tecnológico, quanto no acadêmico e jurídico.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

A abordagem em relação à finalidade da pesquisa utilizada é básica, pois ela “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas”. Segundo o autor, o tipo de pesquisa utilizado é a descritiva, que tem como principal alvo detalhar as características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir a sua natureza. (GIL, 1999)

Para a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa de campo, que, segundo Rodrigues, (2007) é a observação dos fatos tal como ocorrem. Não permite isolar e controlar variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas.

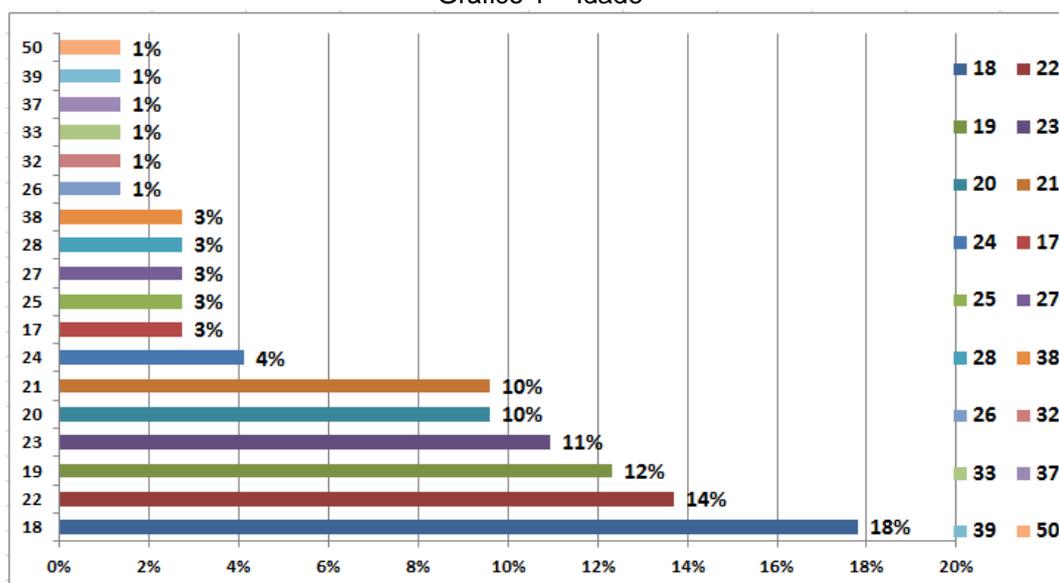
O universo pesquisado foi um grupo de estudantes de uma instituição de ensino da cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Primeiramente foram aplicados 73 (setenta e três) questionários, contendo 10 (dez) perguntas objetivas, que determinam as características do público, a opinião em relação a alguns assuntos que abordam o plágio e se o entrevistado já vivenciou ou presenciou algumas atitudes relacionadas ao assunto em questão, considerando para análise as respostas que mais tiveram ocorrências estabelecendo relações entre elas e os resultados.

Segundo Creswell (2010), o tratamento dos dados deu-se de forma quali-quantitativa ou mista, pois envolveu métodos quantitativos e qualitativos para a obtenção de uma análise mais profunda do assunto da pesquisa. Para o autor, a combinação desses métodos diminui a subjetividade e aproxima o pesquisador do objeto estudado, proporcionando assim maior credibilidade ao estudo.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O gráfico 1 demonstra a faixa etária do público-alvo da pesquisa realizada. Notamos que, em sua maioria, o público pesquisado possui de 18 a 23 anos, somando-se o total de 75% do universo pesquisado.

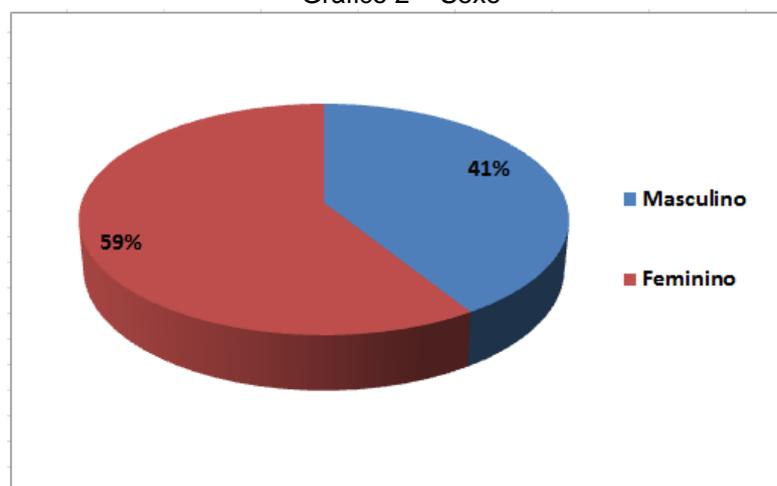
Gráfico 1 – Idade



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 2 mostra que a maioria dos pesquisados são do sexo feminino, compreendendo 59% do público da pesquisa.

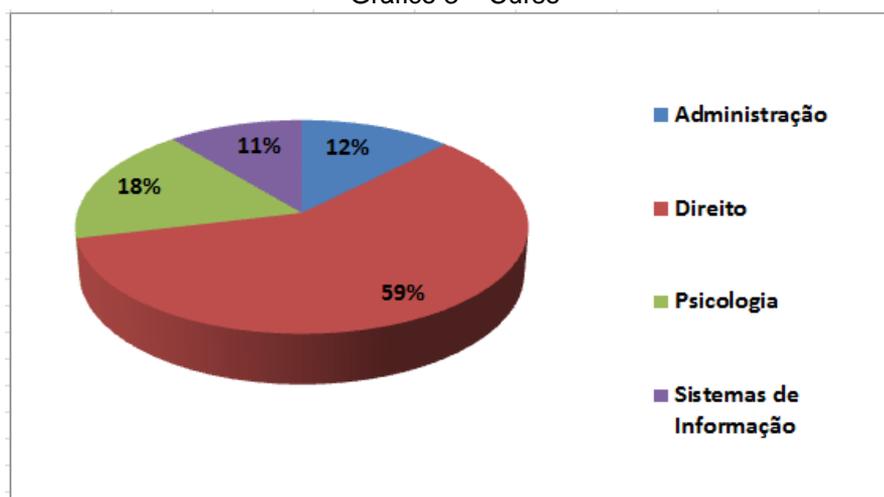
Gráfico 2 – Sexo



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 3 demonstra qual o curso feito pelos pesquisados. Neste gráfico notamos que a maioria dos pesquisados cursam Direito, onde há o maior conhecimento das Leis que regem o sistema jurídico brasileiro.

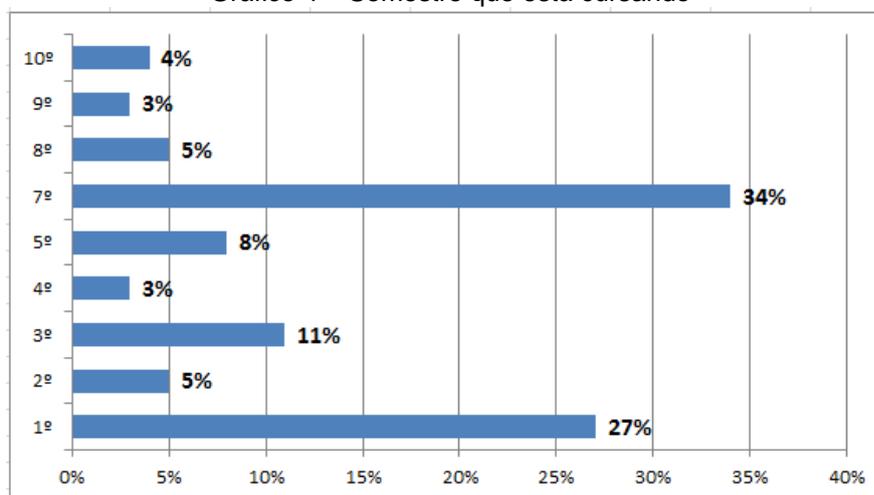
Gráfico 3 – Curso



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 4 traz o semestre cursado pelos pesquisados. Notamos que a maioria dos pesquisados, compreendendo 54%, estão cursando os períodos finais, considerando que os cursos possuem 8 ou 10 períodos.

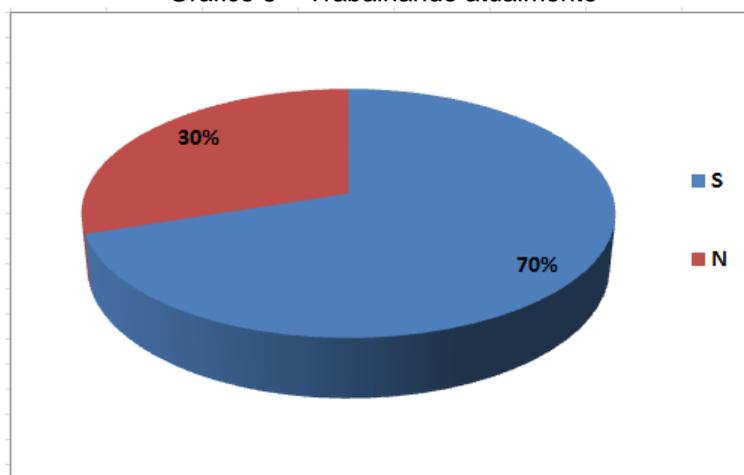
Gráfico 4 – Semestre que está cursando



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 5 mostra se os pesquisados trabalham ou não. Demonstra que 70% dos entrevistados estão trabalhando, levando em consideração também o trabalho informal e os estágios.

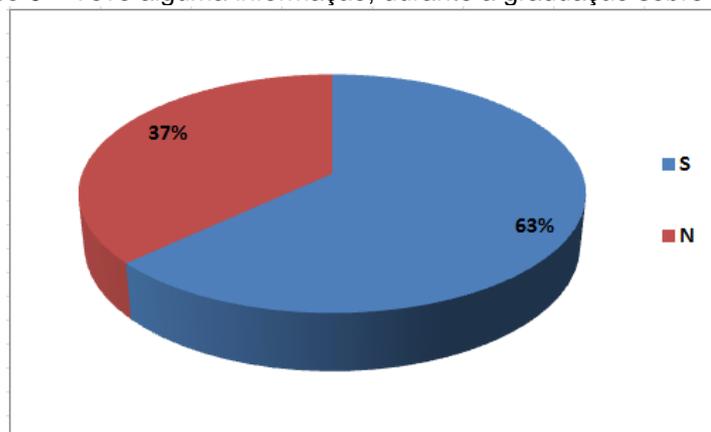
Gráfico 5 – Trabalhando atualmente



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 6 apresenta que 63% dos pesquisados obtiveram informações durante a graduação sobre plágio acadêmico.

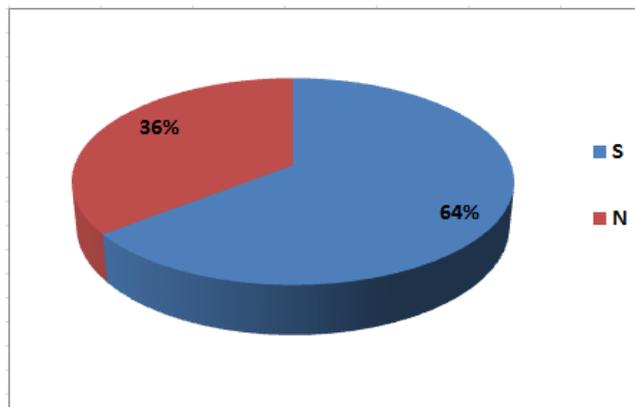
Gráfico 6 – Teve alguma informação, durante a graduação sobre plágio?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 7 retrata o cenário da educação básica, onde os alunos são estimulados a copiarem integralmente textos de livros e da internet.

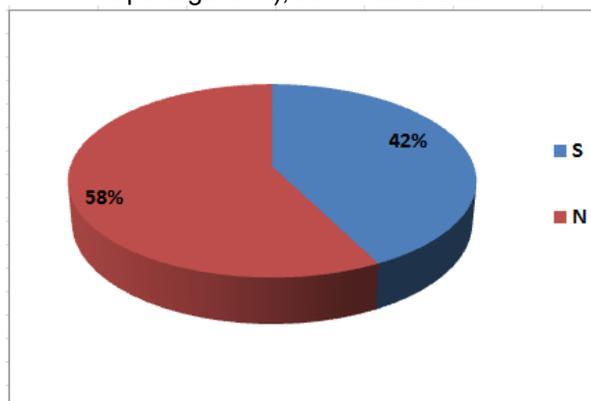
Gráfico 7 – No ensino básico, foi estimulado a copiar textos de livros/internet e colocá-los em seus trabalhos?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

No gráfico 8 podemos notar que tal situação perdurou, pois 42% dos entrevistados ainda cometem tal ato.

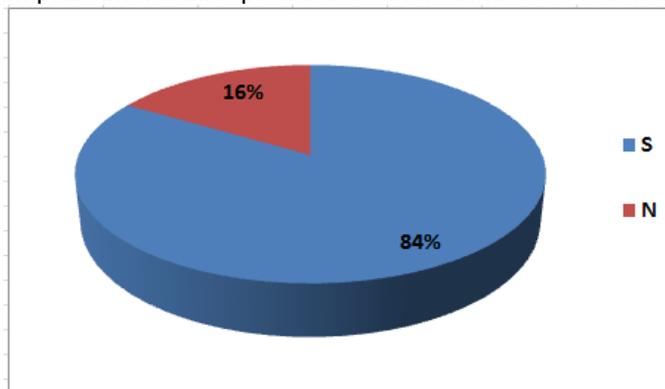
Gráfico 8 – Durante a graduação, você já copiou alguma parte de uma obra (livros, artigos, reportagens...), sem citar o autor?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

O gráfico 9 mostra que 84% dos entrevistados possuem conhecimento da atitude em questão.

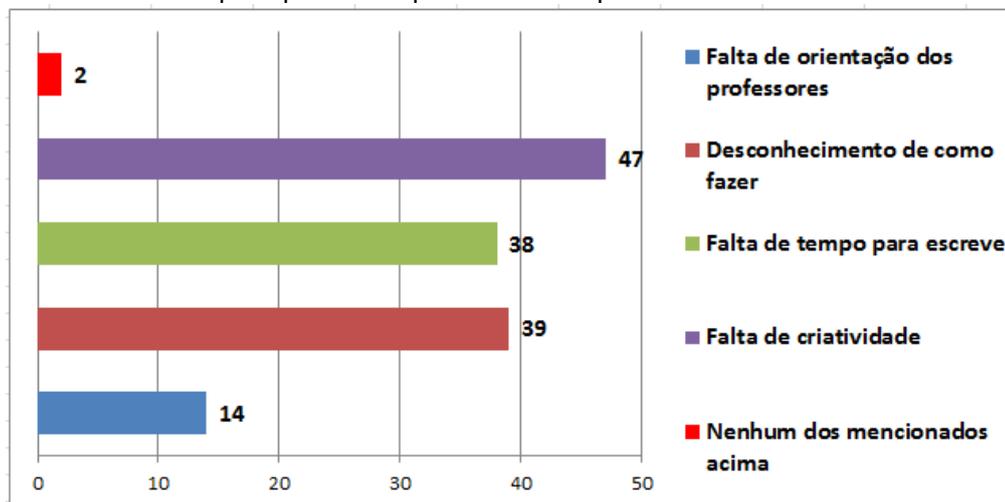
Gráfico 9 – Comprar um trabalho pronto e assinar como autor é considerado plágio?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

No gráfico 10 relatamos os principais motivos para a prática de plágio acadêmico. Nesta questão, o entrevistado poderia selecionar mais de uma alternativa.

Gráfico 10 – Qual o principal motivo para realizar cópias de texto sem referenciar o autor?



Fonte: Dados de pesquisa, 2018.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi mensurar e demonstrar as causas que levam o discente a praticar atitudes fraudulentas durante o ensino superior. Ao decorrer dos estudos, constatou-se que a essa atitude é advinda ainda do ensino básico. Durante a pesquisa bibliográfica, constatamos que a literatura presente disponível, que relata essa deficiência, é escassa.

Com base nos estudos realizados e na pesquisa de campo aplicada, podemos levantar diversas conclusões em relação ao modelo. O gráfico 1 demonstra que 75% dos pesquisados possuem entre 18 e 23 anos, o que relativamente podemos associar tal prática a um público mais jovem. O gráfico 2 ilustra que 59% dos pesquisados são do sexo feminino. Porém, não foi encontrada nenhuma relação de sexo com as práticas descritas neste artigo.

Mais da metade dos pesquisados são do curso de Direito, demonstrado no gráfico 3, o que entende-se que por se tratar de um curso onde a premissa é estudar as Leis que regem o sistema jurisdicional, essas fraudes acadêmicas não poderiam acontecer em hipótese alguma, já que vão de encontro ao princípio do curso em questão.

Apesar de 63% dos entrevistados terem acesso à alguma informação sobre plágio, ilustrado no gráfico 6, eles continuam praticando tal ato, o que compreende 42% dos pesquisados, como retrata o gráfico 8.

O gráfico 4, que demonstra qual o semestre cursado, confirma que, apesar dos pesquisados cursarem os períodos finais, compreendidos entre o 5º e o 10º período, eles continuam cometendo atitudes fraudulentas. O que esperávamos era que, quanto maior o avanço acadêmico nos períodos cursados, maior informação e, por consequência, a diminuição dessa atitude. Porém, não foi o que a pesquisa demonstrou.

O gráfico 9 demonstra que os entrevistados possuem a consciência dos riscos que estão assumindo ao comprarem um trabalho pronto e assiná-lo como de sua autoria. Mas 42%, ilustrados no gráfico 8, ainda cometem essa atitude.

O gráfico 5 demonstra que 70% dos entrevistados estão trabalhando. Isso pode justificar as 38 respostas do gráfico 10, que traz os principais motivos para realizar cópias de trabalhos acadêmicos. A falta de tempo para escrever foi citada por 38 dos entrevistados, ficando em 3º lugar no *ranking* para a prática de atitudes fraudulentas.

Levando em consideração que 75% dos pesquisados possuem idade entre 18 e 23 anos, onde geralmente inicia-se a vida acadêmica nas graduações, podemos supor, de acordo com os dados levantados, que as deficiências relacionadas ao plágio acadêmico são advindas ainda do ensino básico. O gráfico 7, que trata do incentivo às cópias nesses níveis de ensino, reforça essa conclusão, deixando claro que o aluno da educação básica não é estimulado a produzir, e sim a reproduzir conteúdos existentes.

Outro dado que reforça esse contexto, conforme ilustrado no gráfico 10, é o alto número de entrevistados 47 responderam que a falta de criatividade é o principal motivo para realizar cópias. Caso essa criatividade fosse estimulada ainda no ensino básico, talvez essa deficiência fosse suprida e esse número fosse reduzido.

Por fim, espera-se que o tema abordado tenha contribuído com o fornecimento de informações em relação à prática de plágio nas instituições de ensino superior. Como proposta futura, o autor sugere que tais estudos sejam realizados no ensino básico, para entender a situação existente nesse nível de ensino, e buscar soluções para que essa deficiência não seja projetada ao ensino superior.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Paulino. O que fazer quando eu recebo um trabalho CTRL C + CTRL V? Autoria, Pirataria e Plágio na Era Digital: desafios para a prática docente. In: 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: Multimodalidade e Ensino, 2008, Pernambuco. **Anais Eletrônicos**. Pernambuco: UFPE, 2008.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia, SOUZA, Cristina Gomes de. **Plágio em Trabalhos Acadêmicos: Uma Pesquisa Com Alunos De Graduação**. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2007, Paraná. **Anais eletrônicos**. Paraná: ENEGEP, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL. Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Lei de Direitos Autorais. Brasília, DF: Senado Federal: 1998.

BRASIL. Lei 10.695 de 1 de julho de 2003. Lei Acrescenta Dispositivos no Código Penal Brasileiro. Brasília, DF: Senado Federal: 2003.

COSTA, Ana Luiza Santos da. Escrita, plágio e autoria: uma análise dos discursos de professores e alunos dos cursos de graduação da UFTM. In: Iniciação & Formação Docente, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagedeles/article/view/1948>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Lucas Pazoline da Silva. **Ciencidade: o ciberartigo como gênero acadêmico emergente na web**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2014.

FERREIRA, Marília Mendes; PERSIKE, Alissa. O tratamento do plágio no meio acadêmico: o caso USP. **Revista Signótica**, v. 26, p. 519-540, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/30312/0>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, 745-818, 2011.

MARQUES, Jairo. Internet expõe e expande comércio de teses. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u9717.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MONTEIRO, Maria Teresa Marques Mano de Matos Silveira. **A utilização da Web Social na disciplina de português numa turma do 2º Ciclo do ensino básico**. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta: Lisboa, 2017.

MORAES, Rodrigo. O Plágio na Pesquisa Acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos Possíveis**: Revista da Faculdade Social da Bahia – FSBA, p. 91-108, 2006. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/4/06.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

PHITAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Revista Direito & Justiça**, Porto Alegre, v.39, jan/jun 2013, n. 1, p. 77-82. Disponível em: <[http://observa.pucpr.br/wpcontent/uploads/sites/18/2015/02/CURSO\\_ABERTO\\_Texto\\_para\\_exercicios.pdf](http://observa.pucpr.br/wpcontent/uploads/sites/18/2015/02/CURSO_ABERTO_Texto_para_exercicios.pdf)> Acesso em: 03 de jul. 2018.

PINTO, Manuela Maria Carvalho Vieira. **O recurso à Web 2.0 na sala de aula de Física e Química**: um estudo com professores e alunos dos ensinos básico e secundário. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho: Vila Nova de Gaia, 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Comitê de Ética do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Trabalhos universitários**: especificidades acadêmicas e correção ética. Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Rui Sousa-; ABREU, Bruna Batista. Plágio: um problema forense. In: **Language and Law / Linguagem e Direito**, v. 2, p. 90-113, 2015. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/LLLD/article/view/2405>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

TOMAZELLI, Karlo Giordani. **Desonestidade acadêmica e profissional: avaliação das percepções de estudantes de Administração e Contabilidade**. Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

VAZ, Telma Romilda Duarte. O avesso da ética: a questão do plágio e da cópia no ciberespaço. **Cadernos de Pós-Graduação – Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 159-172, 2006. Disponível em: <[www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/cadernos.../cdposv5n1edu\\_2\\_13.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/cadernos.../cdposv5n1edu_2_13.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2018.

## 7 APÊNDICE

## Apêndice A – Questionário Sobre Plágio Acadêmico

FACULDADE <b>MULTIVIX</b> CACHOEIRO DE ITAPÉMIRIM		<b>QUESTIONÁRIO – PLÁGIO            ACADÊMICO</b>	
Questionário com o objetivo de construção de trabalho acadêmico			
Qual a sua idade?		Qual o seu sexo?	
		<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	
Qual o seu curso?		Qual semestre você está cursando?	
<input type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Sistemas de Informação <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Psicologia		<input type="checkbox"/> 1º <input type="checkbox"/> 2º <input type="checkbox"/> 3º <input type="checkbox"/> 4º <input type="checkbox"/> 5º <input type="checkbox"/> 6º <input type="checkbox"/> 7º <input type="checkbox"/> 8º <input type="checkbox"/> 9º <input type="checkbox"/> 10º	
<b>Você está trabalhando atualmente? (Levar em consideração estágio, trabalho informal...)</b>			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>Você já obteve alguma informação de algum professor da graduação sobre plágio?</b>			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>Quando você estava no ensino básico, você foi estimulado a copiar textos da internet/livros e coloca-los em seu trabalho?</b>			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>Durante a graduação, você já copiou alguma parte de uma obra (livros, artigos, reportagens...), sem citar o autor?</b>			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>Em sua opinião, comprar um trabalho pronto e assinar como autor é considerado plágio?</b>			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
<b>Em sua opinião, qual o principal motivo para realizar cópias de texto sem referenciar o autor? (nesta questão, pode ser assinalado mais de um resposta)</b>			
<input type="checkbox"/> Falta de tempo para escrever		<input type="checkbox"/> Falta de orientação dos professores	
<input type="checkbox"/> Falta de criatividade		<input type="checkbox"/> Desconhecimento de como fazer	
<input type="checkbox"/> Nenhum dos mencionados acima			